

Jornal Negócios	Periodicidade: Diário
30-06-2021	Classe: Economia/Negócios
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,14,15,16,17



BANCA

Créditos da CGD acabam na detenção de Berardo

O empresário madeirense foi detido pela PJ por suspeitas sobre a forma como conseguiu obter financiamentos do banco público a partir de 2006. As suspeitas incidem ainda sobre o alegado esquema desenhado por André Luiz Gomes para proteger o património de Berardo.

DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt
MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

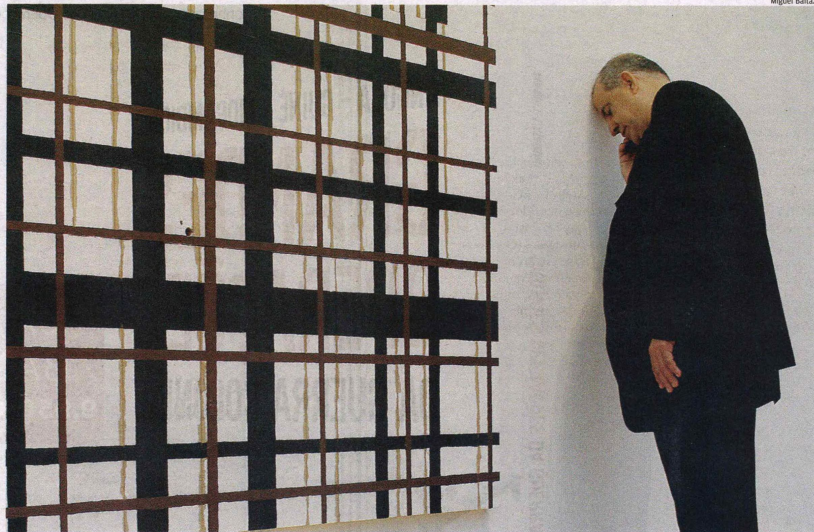
Suspeito da prática de crimes de burla qualificada, fraude fiscal e branqueamento, Joe Berardo foi detido esta terça-feira numa megaoperação da Polícia Judiciária (PJ) em Lisboa, Funchal e Sesimbra, que resultou também na detenção do seu advogado, André Luiz Gomes, por ser administrador de várias associações e sociedades ligadas ao empresário, designadamente a Associação Coleção Berardo e a Associação de Coleções, sabe o Negócios.

A operação, segundo a PJ, incidiu sobretudo num grupo económico que, entre 2006 e 2009, contratou quatro operações de financiamentos com a Caixa Geral de Depósitos (CGD), no valor de cerca de 439 milhões de euros. Um grupo económico que, acrescenta em comunicado, "tem incumprido com os contratos e recorrido aos mecanismos de renegociação e reestruturação de dívida para não a amortizar".

Na mesma nota, a PJ diz ainda que "atualmente este grupo económico causou um prejuízo de quase mil milhões de euros à CGD, ao Novo Banco e ao BCP, tendo sido identificados atos passíveis de responsabilidade criminal e de dissipação de património".

A investigação foi iniciada em 2016 e "identificou procedimentos internos em processos de concessão e reestruturação, acompanhamento e recuperação de crédito contrários às boas práticas bancárias e que podem configurar a prática de crime".

O que estará em causa na inves-



Miguel Baltazar

Joe Berardo será presente esta quarta-feira ao juiz Carlos Alexandre, que determinará as medidas de coação.

439

FINANCIAMENTOS
A operação da PJ incidiu em quatro operações de financiamentos com a CGD, no valor de 439 milhões de euros.

tigação aos contratos de financiamento celebrados essencialmente entre 2006 e 2008 é a montagem de um esquema societário e financeiro, que terá alegadamente sido desenhado por André Luiz Gomes, para proteger o património de Joe Berardo. O Negócios sabe que estarão a ser investigados os fluxos financeiros associados ao seu universo empresarial e a criação de um conjunto de sociedades e associações que permitirão a salvo os bens do empresário.

Há mais de dois anos, numa polémica audição no Parlamento, na comissão de inquérito à gestão da CGD, Joe Berardo garantia não ter

dívidas nem património. O empresário, que não se coibiu nessa audição de dar gargalhadas perante as perguntas dos deputados, é um dos grandes devedores do banco público, tendo a auditoria da EY à CGD apontado para uma exposição de 267 milhões à fundação e de 52,5 milhões à Metalgest.

Joe Berardo será ouvido esta quarta-feira pelo juiz Carlos Alexandre, que determinará as medidas de coação a aplicar.

Banco público entregou documentação

O Negócios sabe que para parte da investigação terá contribuído

a documentação entregue pela CGD no âmbito da auditoria que fez aos grandes devedores, e em que foi feita a análise financeira da concessão e reestruturação dos empréstimos à fundação e à Metalgest. Essa documentação tem também informação relativa aos processos de decisão de administradores e responsáveis do banco público.

A CGD contratou, já no mandato do Paulo Macedo, três sociedades de advogados para auxiliarem o departamento jurídico do banco na avaliação aos atos de gestão dos ex-gestores: a Vieira de Almeida (que já conduzia a ação

Advogado está ligado à fundação e a empresas

Nascido a 4 de julho, a vida de Berardo dá muitos filmes



Este grupo económico tem incumprido com os contratos e recorrido aos mecanismos de renegociação e reestruturação de dívida para não a amortizar.

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Não se logrou assumir a celeridade desejável, apenas por carência de meios técnicos e outros ajustados à natureza, dimensão e complexidade da investigação.

DCIAP

de arresto conjunta dos bancos), a Linklaters e a Serra Lopes. As conclusões desse trabalho foram remetidas às Finanças e comunicadas ao Ministério Público em 2019.

No total, foram efetuadas esta terça-feira 51 buscas, das quais 20 domiciliárias, 25 não domiciliárias, três a estabelecimentos bancários e uma a um escritório de advogado, que envolveram 138 agentes da PJ, acompanhados por nove magistrados do Ministério Público, sete juizes de instrução criminal e 27 inspetores tributários. ■

André Luiz Gomes, advogado de Joe Berardo, foi detido e presente ao juiz de instrução esta terça-feira, não por ser seu assessor jurídico, mas por ser administrador de associações e sociedades ligadas ao empresário. Entre essas estruturas contam-se a Associação Coleção Berardo, que detém como ativos a coleção de arte moderna, e a Associação de Coleções, que controla cerca de 20 empresas do universo Berardo, como a Quinta da Bacalhó, a Delicious Dialogue, a Status Change e a Melo Madeiras.

André Luiz Gomes, que conheceu Berardo em 1992, ano em que se registou na Ordem dos Advogados (OA), tem estado ao seu lado em momentos mais públicos como a guerra de poder no BCP em 2007 ou a audição na comissão de inquérito à gestão da Caixa Geral de Depósitos em 2019, mas também em processos mais privados, como a reestruturação de créditos com a banca.

Nascido em fevereiro de 1966 em Lisboa e filho de dois advogados, André Luiz Gomes licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da capital. Representou Horácio Roque até à sua morte em 2010, foi assessor jurídico de Paula Amorim na corrida aos ativos da Herdade da Comporta e trabalhou com a Caixa Geral de Depósitos no dossiê Cimpor. O líder da sociedade Luiz Gomes e Associados passou também pela administração do BCP e da Bacalhó.

O bastonário e o conselho geral da Ordem dos Advogados estão a acompanhar a situação e tomarão na altura próprias medidas que consideram adequadas em conformidade com o estatuto, disse fonte da OA ao Negócios. O conselho acompanhou as buscas realizadas no escritório do advogado, cumprindo essa exigência legal. ■ DR, FL, MJB

“Digo [aos meus filhos] que as coisas materiais estão aqui agora, mas já se foram amanhã.” A frase é de Joe Berardo e foi dita em 1987 ao jornal sul-africano Sunday Star, ainda antes da quebra das ações das várias empresas que tinha cotadas na bolsa de Joanesburgo. Foi apenas um dos muitos tropeções na vida do homem de negócios que esta terça-feira acabou detido pela PJ devido a quatro operações de financiamentos com a CGD, no valor de 439 milhões de euros.

José Manuel Rodrigues Berardo, nascido a 4 de julho de 1944 no Funchal, é o mais novo de sete irmãos – “fui um engano, a minha mãe tinha 46 anos quando nasci”, contou numa entrevista ao Negócios, em 2007 –, de uma família de poucos recursos. Após concluir a quarta classe, começou a colar rótulos nas garrafas de vinho da Madeira da empresa onde o pai trabalhava, partindo aos 19 anos para a aventura na África do Sul. Sem saber falar inglês, seguiu o caminho de muitos outros jovens madeirenses e desembarcou em Joanesburgo em 1963 com um visto de trabalhador agrícola. “Com uma mão à frente e outra atrás”, sobreviveu com vários empregos, como porteiro de discoteca, até se meter num negócio de caixas de cartão e sacos de rafia para embalar fruta e vegetais que lhe permitiu a aproximação decisiva ao setor mineiro.

Foi a extrair ouro dos entulhos de areia depositados à entrada das minas que acabou por fazer fortuna naquele país. Com o estatuto de magnata aproximou-se do regime e das figuras do Partido Nacionalista e ganhou destaque na comunidade portuguesa. Em 1985, o Presidente Ramalho Eanes concedeu-lhe a comenda do Infante D. Henrique. Porém, com o “crash” bolsista e a perspectiva do fim do “apartheid”, caiu no descrédito e desviou os investimentos para outras paragens. “Perdi o tesão da



Digo [aos meus filhos] que as coisas materiais estão aqui agora, mas já se foram amanhã.

JOE BERARDO
Ao jornal sul-africano Sunday Star em 1987

África do Sul. Parti para outra. E dei instruções aos meus advogados ‘to sell at the best price’ [vender ao melhor preço]”, relatou na mesma entrevista.

Arte, futebol e vinho

Conhecido por vestir sempre de preto, ao longo da vida nunca escondeu a faceta de “bon vivant”. O jovem José Manuel era considerado um “playboy”, venceu concursos de dança e era um amante da noite, chegando a ser dono de um bar da moda no bairro de Hillbrow. O vinho e o futebol são outras paixões. Após uma entrada e saída atribulada da Sogrape, em colisão com a família Guedes, acaba por investir na Quinta da Bacalhó, em Azeitão. No campo desportivo, comprou o Milwall, equipa dos escalões secundários ingleses; e em 2007 surpreende ao lançar uma OPA sobre 60% da SAD do Benfica para “ajudar” o clube do coração.

Mas é o investimento em arte moderna – a par das ofensivas no setor financeiro – que acaba por lhe dar mais visibilidade nacional, sobretudo depois de celebrar um acordo com o Estado para expor no CCB a sua coleção com 862 obras, que há dois anos foram avaliadas em 1,3 mil milhões de euros. O gosto pelo colecionismo nasceu na adolescência, com os selos que retirava da correspondência recebida na

Madeira Wines. O conhecimento sobre o meio artístico demorou mais a ser apurado, como reconheceu na conversa com a jornalista Anabela Mota Ribeiro.

Altos e baixos repetidos

Retomando aos anos 1990, após abandonar a África do Sul, volta a Portugal para tentar reconstruir o império empresarial. Casado com Carolina Gonçalves e pai de dois filhos – Renato e Cláudia –, conta com a ajuda e a parceria do amigo Horácio Roque para tomar posições em projetos como a Empresa Madeirense de Tabacos, o Hotel Savoy, a Quinta Monte Palace ou o Banif. E cria uma fundação com o seu nome, que passaria de lucro de 102 milhões para prejuízo de 245 milhões numa década.

Os interesses nos setores do turismo, do imobiliário ou do alimentar começam no virar do milénio a estender-se a vários outros, mas é a entrada na comunicação social – primeiro com o jornal Record e depois com outras publicações, até chegar à dona da SIC – e as participações no sistema financeiro – com destaque para a guerra no BCP –, tomando-se um investidor de referência na bolsa, que lhe conferem a notoriedade que atinge o máximo em 2007, quando a Exame avalia a sua fortuna em 890 milhões de euros, considerando-o o 5.º mais rico do país.

Os anos seguintes, marcados já pela crise do “subprime”, pela intervenção da troika e pela reconfiguração profunda do sistema financeiro, com destaque para o BES e BCP, fizeram Joe iniciar uma nova descida na montanha-russa da vida. O “portuguese dream” virou um pesadelo, até acumular dívidas de quase mil milhões de euros junto da CGD, BCP e Novo Banco, e numa célebre comissão de inquérito em 2019 acabou catalogado como o RD1 – Responsável Distó Tudo. ■

ANTÓNIO LARGUESA

BANCA

CGD, Novo Banco e BCP foram as vítimas de Berardo

Os três bancos financiaram Joe Berardo. E os três bancos ficaram com dívidas. Berardo foi um dos ativos que integraram, de início, o mecanismo de capital contingente do Novo Banco, instrumento que determina injeções anuais por parte do Fundo de Resolução.

ALEXANDRA MACHADO
amachado@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt

São quase 1.100 milhões de euros que os bancos reclamam em tribunal a Joe Berardo. Quatro ações em cinco anos nesse valor foram interpostas por Caixa Geral de Depósitos, BCP e Novo Banco. A mais recente ação de execução, do Banco Comercial Português, entrou no Tribunal de Setúbal em maio deste ano, exigindo mais de 76 milhões de euros, apurou o Negócios.

A este juntam-se outros que já têm vindo a ser noticiados. O megaprocesso de execução dos três bancos ascende a 962 milhões de euros e corre termos em Lisboa. Junta-se um outro, que entrou este ano, do Novo Banco a reclamar 3,55 milhões de euros, estando ainda pendente uma ação da Caixa Geral de Depósitos que entrou em 2017 peticionando 55,9 milhões de euros, num processo que corre termos no tribunal do Funchal.

Apesar de os bancos terem avançado em conjunto na megacxecução, optaram, também, individualmente por avançar com ações separadas para, segundo apurou o Negócios, tentar maximizar as recuperações. O comunicado da Polícia Judiciária indica que as buscas e detenções realizadas esta terça-feira, 29 de junho, incidiram sobre um grupo económico, que entre 2006 e 2009, contratou quatro operações de financiamentos com a CGD, no valor de cerca de 439 milhões de euros, incumprindo no seu pagamento. "Atualmente este grupo económico causou um

prejuízo de quase mil milhões de euros à CGD, ao Novo Banco e ao BCP, tendo sido identificados atos passíveis de responsabilização criminal e de dissipação de património." A propósito desta ação, Miguel Maya, presidente do BCP, deslocou-se à Polícia Judiciária mostrando disponibilidade para colaborar com a investigação, confirmou o Negócios depois de noticiado pelo Expresso.

Arrestos contestados

Estas ações, que visam a Metalgest, não são únicas. Conforme noticiou o Expresso, há outra de 2016 da Caixa contra Berardo, no Funchal, de 2,85 milhões de euros; uma outra, de 2019, de 43,5 milhões contra o próprio, e ainda uma de 2020 contra a Fundação José Berardo e a Associação de Coleções, de 42,1 milhões, e que, segundo o DN da Madeira, visa impedir que o empresário se desfaça de bens que podem ser penhorados. Aliás, tem sido uma das preocupações dos executores que o património não seja alienado, nomeadamente os quadros da Coleção Berardo. É contra a Associação Coleção Berardo, que tem André Luiz Gomes como administrador, que entrou, em 2020, uma ação da Caixa Geral de Depósitos de 750 mil euros. Esta não é, no entanto, uma ação de execução.

Segundo o jornal madeirense, Berardo tem avançado judicialmente contra as penhoras de que tem sido alvo, estando nesse rol de arrestos a Quinta Monte Palace, na Madeira.

Foi também noticiado pela SIC, em junho de 2019, que o tribunal mandou arrestar dois apartamentos de Berardo em Lisboa, num valor de 4 milhões de euros, no âmbito do processo de execução da Caixa Geral de Depósitos.

“

Causou um prejuízo de quase mil milhões de euros à CGD, ao NB e ao BCP, tendo sido identificados atos passíveis de responsabilização criminal e de dissipação de património.

COMUNICADO DA PJ

Segundo o Observador, um dos apartamentos localiza-se na Lapa e vale 1,5 milhões de euros e outro, na Avenida Infante Santo, está avaliado em 2,5 milhões de euros. Estão ambos em nome da Atram, uma imobiliária de Berardo, que, aliás, renunciou à presidência da sociedade em julho de 2020, cargo no qual foi substituído pela mulher, Carolina Gonçalves Berardo. O filho, Renato, é vogal desta sociedade, como, aliás, é o seu braço-direito em quase todas as empresas a si ligadas. Também André Luiz Gomes é um dos membros mais assíduos nas administrações das sociedades de Berardo, e seu advogado, e foi detido e ouvido em tribunal esta terça-feira no âmbito da mesma investigação.

Metalgest sem contas

Na pesquisa efetuada pelo Negócios ao registo comercial das várias empresas de Berardo, as contas, na maior parte dos casos, não estão atualizadas. As últimas informações referentes à Metalgest – sediada na Zona Franca da Madeira – são de 2017, ano em que a sociedade apresentou prejuízos de 18 milhões de euros. Esta em-

“

Como eles dizem que só tenho uma garagem, então devolvam as coisas que têm comigo. (...) Eu pessoalmente não tenho dívidas. Claro que não tenho.

JOE BERARDO

Parlamento em maio de 2019



Em maio de 2019, Joe Berardo foi ouvido

presa tem uma participação minoritária na Bacalhós, além de deter a totalidade da Parfittel, que entregou contas referentes a 2019 com um prejuízo de 1,5 milhões de euros. Nesta sociedade, que não consta ter qualquer participação, as contas vêm com uma reserva do auditor, já que a empresa "não apresentou prova de auditoria quanto a recuperabilidade de valores registados na conta acionistas Metalgest, no montante de 21.802.049 euros". Ou seja, a Parfittel terá dotado a Metalgest com esse valor que também não foi, ainda, pago.

Mais atualizadas estão as contas da Fundação José Berardo, que registou em 2020 um prejuízo de meio milhão de euros. Esta fundação tem gestores nomeados pelo Estado, mas pelo lado do investidor estão o próprio Joe Berardo e o seu advogado, André Luiz Gomes.

Peso para o Estado

Não é apenas por via da Caixa que Joe Berardo tem pesado para o Estado. O empresário integra, logo na constituição, o mecanismo de capital contingente, figura criada aquando da venda do Novo

Banco à Lone Star, e que determina a injeção de capital por parte do Fundo de Resolução para repor rácios de capital quando se registam perdas nos ativos integrados nesse mecanismo.

Quando constituído, logo a Fundação José Berardo estava integrada na carteira do mecanismo, com um valor contabilístico bruto de 304 milhões de euros, mas desde então já o valor das imparidades era elevado. Segundo apurou o Negócios, o valor contabilístico líquido do empresário era a 30 de junho de 2016 de 118 milhões de euros, após provisões de 187 milhões de euros a essa data.

Na comissão de inquérito ao Novo Banco, Berardo não foi chamado. Aos atos de gestão da Caixa, em 2019, foi, depois de uma auditoria ter exposto o montante da dívida e do incumprimento do empresário. Foi, no âmbito, dessa audição que, no Parlamento, declarou: "Eu pessoalmente não tenho dívidas, claro que não tenho dívidas." E, em 2019, nessa mesma audição, ainda acrescentou: "Tentei ajudar os bancos numa altura. Como eles dizem que eu só tenho a garagem, então devolvam as coisas que têm." ■



no Parlamento, onde compareceu ao lado do seu advogado, André Luiz Gomes.

Ação popular e AG marcada à revelia para travar arresto de obras

Banca conseguiu anular efeitos de reunião que visava diluir poder dos credores. Ação de arresto sobre quadros ainda sem sentença.

A intenção de Joe Berardo nunca foi entregar a coleção de arte dada como penhor aos bancos. Por isso, foi montando um esquema que tentou evitar que o arresto pelas instituições financeiras culminasse na execução dos quadros. A banca conseguiu anular os efeitos de uma reunião que visava diluir o poder dos credores, mas a batalha judicial continua.

Em 2012, aquando da renegociação da dívida com CGD, BCP e BES, foi assinado um acordo-quadro em que o empresário aceitava um penhor creditício sobre a Associação Coleção Berardo. Mas, na prática, o que o empresário cedeu foi um penhor sobre os títulos de participação da associação que é dona das obras de arte. E já antes eram dados sinais de que a associação pretendia mexer nos estatutos para rever as condições acertadas com os bancos.

Um projetista de Palmela, de nome Augusto Joaquim Vieira de Sousa, já falecido, avançou com uma ação popular – gastando para isso 30 mil euros na iniciativa – para contestar a alteração dos estatutos, pedindo a nulidade de artigos que previam que as instituições financeiras fossem convocadas para assembleias-gerais e solicitando que só os associados tivessem direito de voto. Quem representava o projetista era Gonçalo Moreira Rato, um causidico especialista em direitos de autor e que é primo de André Luiz Gomes, advogado de Berardo.

A sentença dessa ação popular permitiu reverter os estatutos da Associação Coleção Berardo e deu “armas” ao empresário para que convocasse uma assembleia-geral, cerca de um mês após a decisão sobre a ação popular, para realizar um au-

mento de capital que diluiu a posição dos bancos credores. O truque usado por Berardo foi exposto na comissão parlamentar de inquérito aos créditos da CGD pela deputada centrista Cecília Meireles.

Os bancos acabaram por conseguir reverter os efeitos da assembleia-geral já no início de 2020, quando o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa lhes deu razão numa ação em que os bancos exigiam à Associação Coleção Berardo uma indemnização de 330 milhões de euros por violações contratuais relativas ao acordo-quadro celebrado em 2012.

Nessa mesma sentença, o tribunal considerava que os bancos foram impedidos de assegurar a satisfação dos seus créditos e que o único propósito da associação era proteger o seu património. Aliás, a Coleção Berardo preparava-se para vender 16 quadros, num movimento que as instituições financeiras consideraram tratar-se de dissipação de bens dados como garantia.

Aliás, Berardo detém uma segunda associação, no Funchal, que dá pelo nome de Associação de Coleções. Os estatutos desta associação foram também alterados em junho de 2018 de forma a esta poder receber património dos seus associados. ■

DIANA RAMOS

AS DÍVIDAS

Os três bancos perdedores

FINANCIAR COMPRA DE AÇÕES DO BCP

Joe Berardo surgiu nos anos 2006 e 2007 envolvido em duas guerras. Colocou-se ao lado do BES e da gestão da PT para enfrentar a OPA (oferta pública de aquisição) da Sonae. E foi recebido em ombros na assembleia-geral que derrotou a oferta. Pouco tempo depois entrou na guerra pelo poder do BCP, tendo pedido empréstimos para comprar ações do banco.

439

CAIXA

A PJ anunciou a investigação por operações de financiamento entre 2006 e 2009, com a CGD, no valor de 439 milhões de euros.

BERARDO TAMBÉM PESA NO NOVO BANCO

Um dos ativos que integraram a carteira do mecanismo de capital contingente na sua criação foram os empréstimos a Joe Berardo, através da Fundação. Estava inscrito, então, um valor bruto de 304 milhões de euros, com provisões, nessa altura, já realizadas de 187 milhões de euros. O que significa que o valor líquido a 30 de junho de 2016 era de 118 milhões.

304

NOVO BANCO

Quando foi constituído o mecanismo de capital contingente, a Fundação José Berardo integrava a carteira com um valor bruto de 304 milhões.

BCP AVANÇA COM NOVO PROCESSO

O BCP avançou com um novo processo, já este ano, contra Joe Berardo. Um processo de execução que entrou no Tribunal de Setúbal, com o valor peticionado de 76 milhões de euros. Acresce ao megaprocesso que os três bancos interuseram em conjunto (no total de 962 milhões de euros). Miguel Maya foi à Polícia Judiciária mostrar disponibilidade para colaborar.

300

BCP

O Banco Comercial Português também reclama dívidas a Joe Berardo, de cerca de 300 milhões de euros, no megaprocesso.

862

OBRAS DE ARTE

A Coleção Berardo tem 862 obras de arte que estão, em regime de comodato, cedidas ao Estado. Está avaliada em cerca de 650 milhões.